

Judiciário e Autoritarismo

Julgamentos de crimes políticos no
Brasil e na Argentina

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

341.256
C 355
JAJ
2. ED.
2025

Sumário

	Introdução	15
Capítulo 01	Legalidade, legitimidade e Cortes Judiciais em regimes autoritários	39
	1.1 – O Direito no contexto do autoritarismo	41
	1.2 – O sistema judicial em regimes autoritários	58
	1.3 – Funções políticas das Cortes Judiciais em regimes autoritários	83
Capítulo 02	Os <i>habeas corpus</i> em processos de crimes políticos no Brasil (1964-1968)	109
	2.1 – Legalidade autoritária no Brasil	111
	2.2 - O Supremo Tribunal Federal no contexto do autoritarismo	134
	2.2.1 – O caso do professor Sérgio Cidade Rezende	144
	2.2.2 - O caso do jornalista Carlos Heitor Cony	148
	2.2.3 - O caso Jorge Antônio de Sá	150
	2.2.4 - O caso do governador Plínio Coelho	154
	2.2.5 - O caso do ex-governador Parsifal Barroso	155
	2.2.6 - O caso do governador Mauro Borges	157
	2.2.7 - O caso do governador Miguel Arraes	162
	2.2.8 - O caso do professor Mário Schenberg	169
	2.2.9 - O caso do professor João Batista Vilanova Artigas	171
	2.2.10 - O caso do professor Darcy Ribeiro	172
	2.2.11 - O caso de Francisco Julião	174
	2.2.12 - O caso de Wladimir Palmeira	178

Capítulo 03	Os <i>habeas corpus</i> em processos de crimes políticos na Argentina (1976-1983)	183
	3.1 – Direito e processos políticos nos regimes “burocrático-autoritários”	185
	3.2 – O antilegalismo e a repressão extrajudicial na Argentina	190
	3.3 – A Corte Suprema de Justicia de la Nación no contexto do autoritarismo	204
	3.3.1 - O <i>habeas corpus</i> no caso Pérez de Smith	210
	3.3.2 – Nullum crimen, nulla poena sine lege	216
	3.3.3 – O <i>habeas corpus</i> no caso Zamorano	217
	3.3.4 – O <i>habeas corpus</i> no caso Ercoli	223
	3.3.5 – O <i>habeas corpus</i> no caso Timerman	231
	3.3.6 - O <i>habeas corpus</i> no caso Saragovi	247
	3.4 – O Direito subordinado aos fatos no contexto autoritário da Argentina	251
Capítulo 04	Judiciário e autoritarismo em perspectiva comparada	257
	4.1 – Os regimes militares no Brasil e na Argentina	259
	4.2 – O ordenamento jurídico e a pretensão de legitimidade da Ditadura no Brasil	285
	4.3 – O antilegalismo e a inoperância do Poder Judiciário na Argentina	300
	4.4 – A judicialização da resistência minimiza os efeitos da repressão política	317
	Considerações finais	323
	Referências	344
	Fontes de pesquisa	361
	(Leis e Decisões Judiciais)	361
	Brasil	361
	Argentina	361